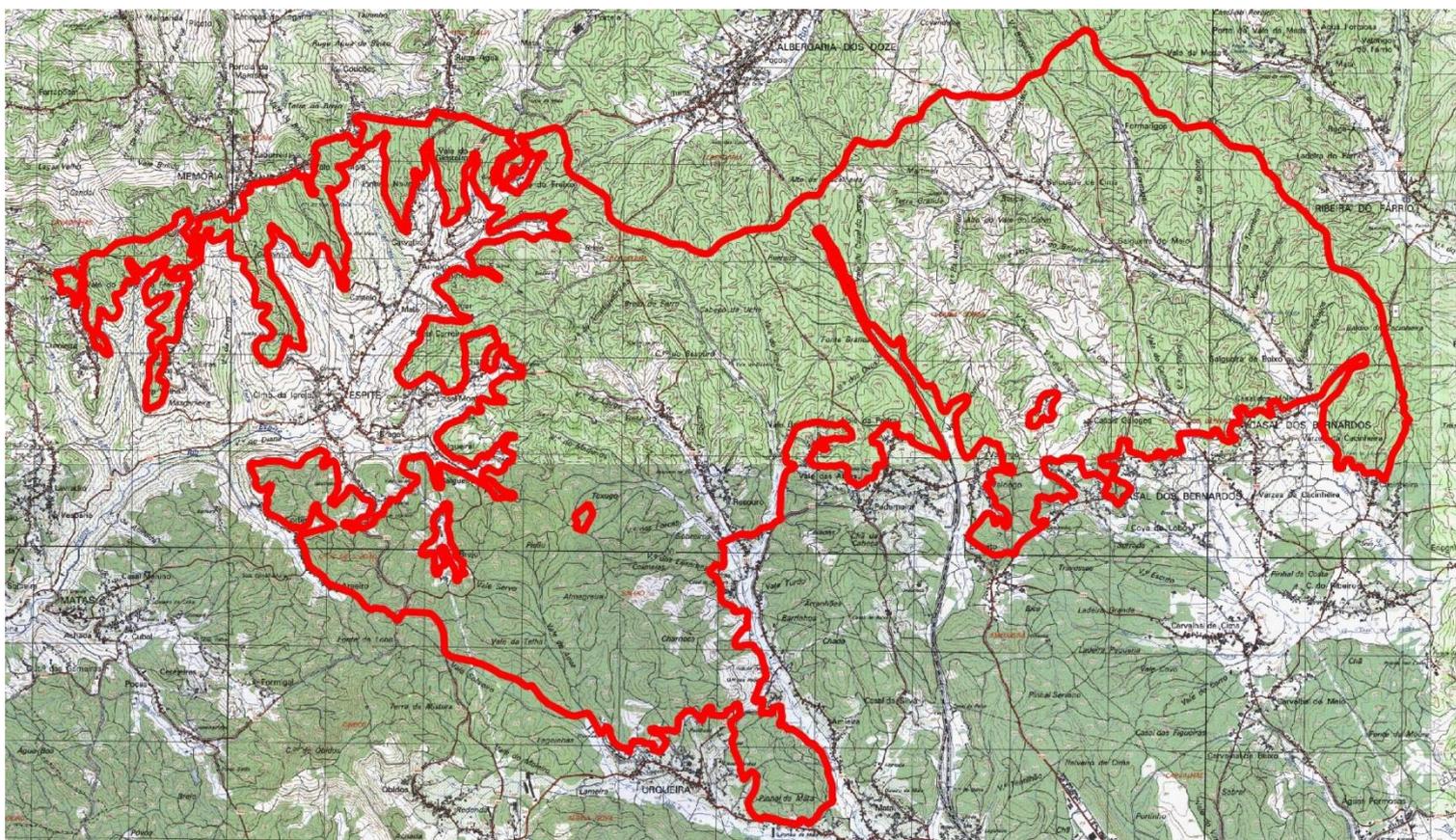


SERVIÇO DE PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO



Câmara Municipal de Ourém

Divisão de Urbanismo e Território / Serviço de Planeamento do Território

Gabinete Técnico Florestal

Equipa técnica

Paulo Manuel Reis (*coord.*) – *Geógrafo Físico. Técnico Superior da CMO*

David Pulquério – *Geógrafo. Técnico Superior da CMO*

Nuno Touret – *Eng. Florestal. Técnico Superior da CMO*

Apoio à coordenação

André Oliveira – *Urbanista. Chefe de Serviço SPT/CMO*

26 outubro de 2021

Índice

1. Caracterização e análise territorial.....	4
1.1. Caracterização biofísica.....	4
1.2. Breve Caracterização socio económica e ambiental.....	5
2. Objectivos da constituição da AIGP.....	12
2.1. Definição da Estratégia.....	12
3. Proposta de modelo de gestão	15
4. Prazo de apresentação da OIGP	15
ANEXOS.....	17
Anexo I – Mapa com a delimitação da AIGP – Serras Norte de Ourém.....	17
Anexo II – Fichas participativas	17

1. Caracterização e análise territorial

1.1. Caracterização biofísica

A Área Integrada de Gestão da Paisagem proposta (AIGP), aqui designada por Serras do Norte de Ourém, localiza-se no flanco norte do concelho de Ourém integrando as freguesias prioritárias para a Defesa da Floresta Contra Incêndio de Espite, de Urqueira e União de freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos. A AIGP abrange uma grande mancha contínua (4192,4 Ha) composta por espaços florestais de produção (qualificados no PDM de Ourém) correspondentes a áreas de perigosidade muito elevada de incêndio florestal e que foram afectadas por incêndios de grande dimensão ao longo dos anos intercaladas pelos vales dos troços montantes da Ribeira do Resouro, Ribeira do Casal dos Bernardos, Ribeira de Salgueira e Ribeira da Amieira.

Em termos geomorfológicos a AIGP localiza-se Bacia Sedimentar de Ourém (BSO). Unidade que apresenta uma orografia fortemente modelada pela hidrografia e que é composta por materiais arenáceos pouco consolidados intercalados por conglomerados ou arenitos grosseiros, maioritariamente associados à formação geológica da Formação da Figueira da Foz. A AIGP é encimada por uma extensa área planáltica, em torno dos 340m, que se encontra no prolongamento da linha de relevos Montejunto-Estrela e que estabelece a divisão da bacia do rio Mondego a norte e a do rio Tejo a sul, bem como as fronteiras do concelho de Ourém com Pombal e Leiria. A superfície decresce progressivamente para Sul e Oeste onde atinge a cotas próximas dos 100m e encontra-se recortada por vales encaixados onde correm as ribeiras de Espite (que integra a bacia do Lis) e de Urqueira e seus afluentes (inserida na bacia do rio Nabão/Tejo), todas de caudal temporário. Trata-se, portanto, de uma área com morfometria variada, mas onde a sua inclinação geral para sul origina exposições das vertentes predominantemente bem ensolaradas (figuras 1 e 2). O contexto geomorfológico conduz à formação de solos no geral evoluídos, podzolizados e com elevada permeabilidade do horizonte B e C e por isso com grande potencial para a produção florestal.

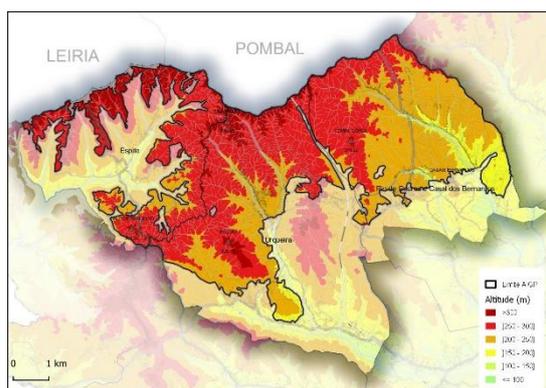


Figura 2: Hipsometria

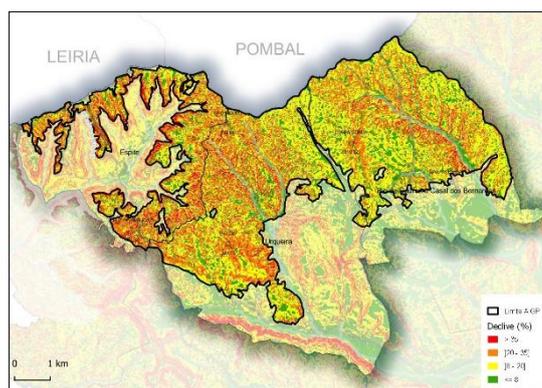


Figura 1: Declives

1.2. Breve Caracterização socio económica e ambiental

A AIGP abrange parcialmente três freguesias que são compostas por cerca de 40 lugares, todos de baixa densidade e com efectivos populacionais inferiores a 500 habitantes. A maioria (28 lugares) registavam menos de 100 residentes e mais de metade (21 lugares) continham menos de 50 residentes. O povoamento é disperso estruturando-se ao longo dos eixos rodoviários. Face às magras possibilidades de emprego no mundo rural este território tem sido muito fustigado pelo fenómeno do despovoamento que varia entre uma evolução progressiva a galopante. As últimas décadas foram as mais gravosas com uma perda média de 15,4% da população, especialmente registada nos lugares de Urqueira e na antiga freguesia de Casal dos Bernardos. Este fenómeno migratório tem sido acompanhado por um envelhecimento progressivo e insustentável, a prazo, da população residente, sendo que, em 2011, o número de idosos representava já mais de duas vezes o número de jovens (índice de envelhecimento médio de 299), valores muito a cima da média do concelho e do País (quadro 1). Esta rarefacção populacional, com densidades populacionais muito baixas (cerca de 50 Hab/ Km²), conjugada com aldeias dispersas e já quase desabitadas, onde praticamente resta alguma população idosa e frágil, cercadas por machas florestais desordenadas, que tem vindo a ocupar, em parte, antigas áreas agrícolas, faz elevar a níveis extremos a vulnerabilidade deste território aos incêndios.

Quadro 1: População nas freguesias da AIGP e concelho de Ourém (Fonte: Censos 1991, 2001, 2011)

Freguesias	Área	População residente	Varição de população (%)	Densidade populacional (hab/km ²)	Índice de envelhecimento 2011

	Km2	1991	2001	2011	1991/ 2001	2001/ 2011	1991/ 2011	1991	2011	n.º de idosos por cada 100 jovens
Casal dos Bernardos	23,2	1175	1041	921	-11,4	-11,5	-21,6	50,6	39,7	264
Espite	19,8	1194	1275	1104	6,8	-13,4	-7,5	60,3	55,8	353
Urqueira	31	2013	1910	1682	-5,1	-11,9	-16,4	64,9	54,3	279
Freguesias AIGP	74	4382	4226	3707	-3,6	-12,3	-15,4	59,2	50,1	299
Concelho de Ourém	416,7	40185	46216	45940	15	-0,6	14,3	96,4	110,2	152

Áreas edificadas e infra-estruturas (críticas à passagem ao fogo);

A Rede Primária da Faixa de Gestão de Combustível (85 Ha), que se localiza nas principais linhas de fecho e que tem como objectivo principal conter os incêndios sobretudo vindos de Norte (Pombal e Leiria), constitui a principal prioridade de intervenção (fig. 3). Numa segunda linha de prioridade encontram-se as faixas de gestão de combustível dos lugares que integram a AIGP e dos edifícios isolados (cerca de 575 ha). Estas áreas têm vindo a ser intervencionadas, embora de forma desorganizada e pontual porque dependem na iniciativa dos particulares. Estas dificuldades são acrescidas pelo minifúndio existente, dispersão do povoamento, desconhecimento e ausência da maioria dos proprietários, o que dificulta a atuação das entidades fiscalizadoras. Para além destas existem as faixas de gestão da rede viária e das principais infraestruturas que, embora com alguns desvios face ao planeado, encontram-se a ser implementadas. Em termos de infraestruturas de apoio existente, na área de intervenção da AIGP tem vindo a ser implementada uma rede florestal de apoio (com cerca de 463 km, que permite uma mais rápida intervenção dos meios de combate aos incêndios) e a rede de pontos de água (existem três pontos na proximidade, que facilitam o reabastecimento dos meios de combate aéreos e terrestres, embora todos se localizem fora da AIGP proposta). Todas estas infraestruturas representam avultados investimentos e carecem de uma manutenção atempada por forma a desempenharem eficazmente a sua função de prevenção aquando da ocorrência dos incêndios rurais.

A proposta de AIGP incide sobretudo na área qualificada como Espaço Florestal de Produção no PDM, que se encontra maioritariamente classificado no PMDFCI com muito elevada perigosidade de incêndio (fig. 4). A sua extensão de interface direta com solo urbano e aglomerados rurais é superior a 52km, correspondendo 18,7km na freguesia de Espite, 22,6km na U.F. de Freguesias de Casal dos Bernardos e de Rio de Couros e 11,5km na freguesia de Urqueira.

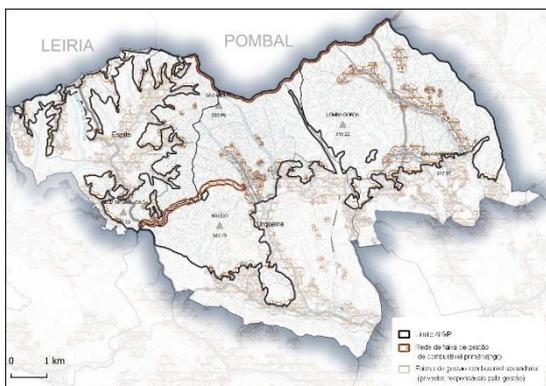


Figura 3: Faixas de gestão do combustível (PMDFCI)

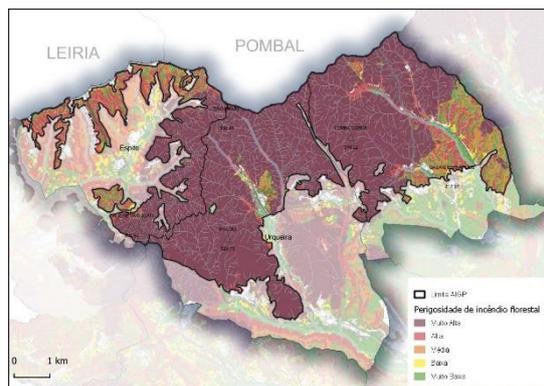


Figura 4: Perigosidade (PMDFCI)

Evolução da ocupação do solo e da recorrência do fogo, incluindo a identificação de áreas potenciais para a resiliência ao fogo e dos locais críticos com risco de incêndio.

A AIGP incide sobre as áreas mais problemáticas qualificadas como espaços de floresta de produção no PDM intercalados com os fundos de vale dos troços montantes dos fundos de vale das ribeiras do Resouro, Salgueira, Casal dos Bernardos e Amieira, conforme referido anteriormente (fig. 5). Logo a principal ocupação do solo é a floresta (cerca 92% da área total) maioritariamente eucalipto (75%) que tem vindo a progredir de forma galopante (em 1995 ocupava apenas 31%) e Pinheiro bravo (24%, em 1995 ocupava cerca de 69%) (fig. 6). Ou seja, em cerca de 23 anos assistimos a uma inversão da importância destas duas culturas onde o tradicional pinheiro bravo tem vindo a ser substituído por aquela espécie de mais rápido crescimento e retorno económico (quadro 2 e 3). As áreas ocupadas por outras culturas florestais são muito residuais, como os carvalhais (que se localizam predominantemente nos fundos de vale), as espécies ripícolas, como os Salgueiros e Amieiros (que constituem importantes bloqueadoras naturais à progressão dos incêndios), situadas nas áreas ribeirinhas, com destaque para a Ribeira da Amieira e Ribeira da Salgueira ou o Pinheiro Manso (espécie de grande importância económica e potencial de crescimento para a produção da pinha e pinhão, contudo preterida pelas espécies de produção florestal).

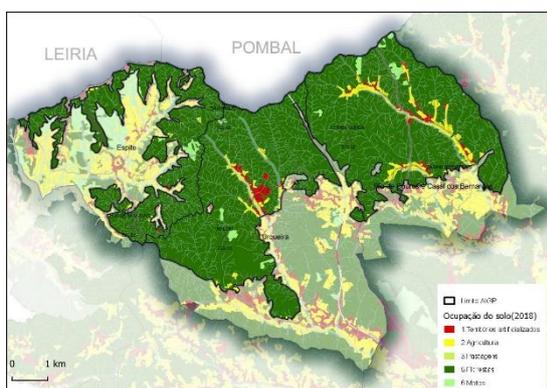


Figura 6: Uso do solo, por classes de uso, em 2018 (DGT, 2020)

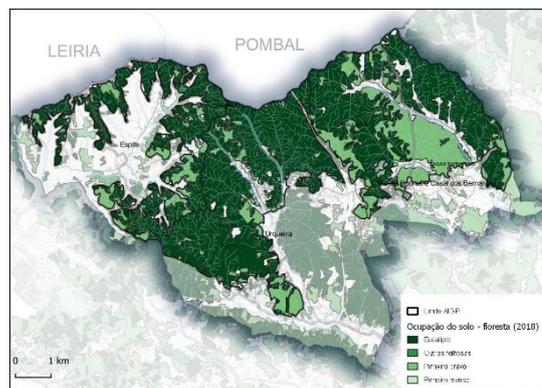


Figura 5: Ocupação do solo florestal, por espécie, em 2018 (DGT, 2020)

O aumento da área florestal e de matos desordenados relaciona-se com as mudanças socioeconómicas que ocorreram na década de 1960 e 1970, com a presença de minifúndios e de solos com limitações para a prática agrícola. O que conduziu a um abandono geral do sector primário relacionado com a agro-pecuária e gestão dos espaços florestais, outrora importantes fornecedores de matéria prima para a economia das famílias rurais.

Estas mudanças paradigmáticas no padrão de ocupação e gestão dos espaços rurais fizeram alterar a susceptibilidade aos incêndios rurais, sendo recorrente, a partir da década de 1990, o deflagrar de fogos de grande magnitude e intensidade.

Nos últimos vinte anos verifica-se que praticamente toda a área proposta de AIGP foi ardida e que os grandes incêndios tendem a ter uma frequência aproximada de seis anos (ou seja, nos últimos 20 anos o geral da AIGP ardeu pelo menos duas vezes). Os maiores incêndios foram registados em 2005 (3272,6Ha na AIGP) onde ardeu cerca de 18 casas de primeira habitação e em 2012 (3158,8Ha dentro da AIGP) onde, para além do falecimento de uma pessoa, foram estimadas perdas florestais num valor aproximado de mais de 7 milhões de euros (7.370.950€) e despesas globais de mais de 13 milhões de euros (13.444.740 €) (CMO, 2012). São diversas as aldeias críticas à passagem dos incêndios nestas freguesias, nomeadamente o Brejo, Salgueiral, Sesmarias e Areeiro, na freguesia de Espite; Casais Galegos, Formarigos, Salgueira de Baixo, Salgueira do Meio, Salgueira de Cima e Valongo na UF de Rio De Couros e Casal dos Bernardos; Pederneira, Vales das Antas, Vale da Oliveira, Resouro e Casal da Silva/Relva, na freguesia de Urqueira.

Na AIGP regista-se algumas áreas que podem ser usadas para a resiliência aos fogos com são as cinturas/mosaicos agrícolas em torno dos aglomerados, nomeadamente ocupados por olival e vinha e as áreas ocupadas pelos carvalhais e galeria ripícola dos

fundos de vale, que podem servir de descontinuidade/barreira à progressão dos incêndios.

Quadro 2: Evolução da ocupação do solo na AIGP (COS, 2005, 2007, 2018)

Ocupação do solo	1995		2007		2018	
	Área(ha)	(%)	Área(ha)	(%)	Área(ha)	(%)
Territórios artificializados	59,2	1,4	72,7	1,7	74,9	1,8
Agricultura	218,7	5,2	184,4	4,4	185,4	4,4
Pastagens	0,1	0,0	14,8	0,4	1,3	0,0
Florestas	3805,1	90,8	3652,8	87,1	3864,4	92,2
Matos	109,4	2,6	258,1	6,2	66,4	1,6
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	-	-	9,7	0,2	-	0,0

Quadro 3: Evolução dos povoamentos florestais na AIGP (COS, 2005, 2007, 2018)

Ocupação do solo	1995		2007		2018	
	Área(ha)	(%)	Área(ha)	(%)	Área(ha)	(%)
Florestas de eucalipto	1158,8	30,5	2776,5	71,5	2902,2	75,1
Florestas de outras folhosas	10,7	0,3	35,3	0,9	23,3	0,6
Florestas de pinheiro bravo	2635,4	69,3	1068,7	27,5	938,3	24,3
Florestas de pinheiro manso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0

Breve enquadramento da AIGP à luz do PROF e PDM e identificação de áreas sujeitas a servidões e restrições de utilidade pública, designadamente RAN e REN e Áreas Classificadas

O Plano Diretor Municipal de Ourém (PDMO) - 1.^a Revisão, publicado no Aviso n.º 10844/2020, de 23 de Julho, procurou incorporar no seu regulamento, nomeadamente no seu ANEXO II, as disposições de espécies florestais prioritárias e modelos de silvicultura a privilegiar por sub-região homogénea estabelecidos no Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROFLVT) e respectivas funções, aplicáveis à categoria de solo rústico de espaços florestais, bem como, os objectivos estratégicos florestais desse programa. De acordo com a Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação de Solo —, a AIGP recai, sobretudo, em solo rústico, correspondente a espaços florestais de produção. Nestes espaços a função principal é a produção de madeira, de biomassa para energia, entre outros materiais orgânicos. Também é admissível outras actividades como as agrícolas e agro-indústrias, a prospecção geológica e hidrogeológica, a função turística, de recreio e lazer e as actividades ambientais, entre outras infra-estruturas e equipamentos de interesse público.

A AIGP encontra-se abrangida pela Estrutura Ecológica Municipal (EEM) fundamental e complementar, bem como pelos regimes específicos da Reserva Ecológica Nacional, que ocupa uma área significativa da AIGP (2500,4 Ha) e da Reserva Agrícola Nacional (pouco representativa, 271,9 Ha), entre outros, que introduzem importantes limitações à ocupação do solo. A Planta de condicionantes do PDMO introduz, também, as áreas florestais percorridas por incêndio rural nos últimos 10 anos, sendo identificados povoamentos ardidos (até 2019) em 2010, 2011, 2012, 2014, 2016 e 2017, que ocupam a maioria da AIGP (ou seja, nos últimos 10 anos verificou-se incêndios em mais de metade dos anos). Devido à frequência dos incêndios e face às características morfológicas do terreno grande parte da AIGP (80,8%) é classificada com perigosidade alta e muito alta de incêndio florestal de acordo com o PMDFCI (fig. 4).

Importa ainda referir que o PDM, para além de ter transposto medidas presentes no PMDFCI, o seu artigo 39.º “Limitações das espécies florestais nas faixas de gestão de combustível”, recomenda a utilização de espécies de baixas combustibilidade e transmissibilidade nas faixas de gestão de combustível, como por exemplo, carvalho, azinheira, sobreiro e as espécies ripícolas.

Ponto de situação da informação cadastral disponível e estimativa do número de prédios abrangidos pela AIGP

A informação cadastral existente para o concelho de Ourém, propriedade da Direção Geral do Território, não é oficial e não se encontra em vigor. Esta informação teve por base levantamentos de campo realizados entre 1964 e 1967, não tendo sido confirmada nem validada e encontra-se desactualizada. No entanto, esta informação cadastral permite ter uma noção muito geral da estrutura fundiária das propriedades nas freguesias abrangidas pela AIGP. De acordo com esta informação existem nas freguesias da AIGP pelo menos 31780 prédios, com uma área média de 2286m². No entanto, 47% tinham uma área inferior a 1000m² e 3,5% uma área inferior a 100m² e apenas 184 prédios tinham uma área superior a 2,5ha entre os quais 13 tinham área superior a 8ha (valor de referência para terrenos de sequeiro/floresta). Facto que é bem representativo do minifúndio existente nesta área.

Identificação de actores relevantes, nomeadamente organizações e associações socioeconómicas actuantes na área ou com potencial para tal.

A Câmara Municipal de Ourém com as três freguesias da área de intervenção, que foram formalmente envolvidas na AIGP e integrando a entidade gestora ou com ela estabelecendo protocolos de parceira, formam os principais parceiros deste empreendimento. Para além destas entidades existem, também, os proprietários florestais e empresas ligadas ao processamento de madeiras que são actores parceiros a considerar.

2. Objectivos da constituição da AIGP

2.1. Definição da Estratégia

A definição da estratégia para a AIGP Serras do Norte de Ourém proposta resulta do diagnóstico sobre o estado das florestas e sua relação com os objectivos definidos nas principais políticas florestais nomeadamente definidas no PROF-LVT e RJRP. A estratégia encontra-se em estreita relação com o PDMO e com o PMDFCI.

Devido às condições edafoclimáticas bastantes favoráveis, o Norte do concelho de Ourém, onde se integra a AIGP proposta, sempre foi próspero na produção florestal. Testemunha disso é o elevado número de indústrias ligadas à transformação de madeiras existentes que ainda hoje constituem uma das principais actividades económicas desta área do município. Fruto das diversas vicissitudes associadas à dinâmica socioeconómica e ao regime da propriedade, este espaço tem sido sujeito, nas últimas décadas, a violentos incêndios que provocam graves prejuízos socioeconómicos e ambientais. Desta forma a Visão que se estabelece para a AIGP é a de se:

Desenvolver um espaço agro-florestal ordenado, resiliente, sustentável e viável economicamente, orientado para e pelas comunidades locais, produtores e proprietários rurais

Para se concretizar esta visão, a Missão para a estratégia passará por:

Desenvolver acções de transformação da paisagem agro-florestal e de protecção da biodiversidade tendo em vista diminuir a susceptibilidade ao fogo, promovendo uma ocupação sustentável e viável economicamente, envolvendo as comunidades locais.

Objectivos específicos da AIGP.

O principal objectivo para a AIGP passa pela introdução de um apolítica de gestão conjunta do espaço florestal a uma escala adequada, envolvendo os parceiros e as comunidades locais tendo em vista a salvaguarda da biodiversidade e dos principais valores ambientais em presença, ordenando ou reconvertendo as áreas florestais desordenadas e de elevada susceptibilidade aos incêndios, apostando em culturas localmente valorizadas, tirando partido do potencial de desenvolvimento agro-florestal do território, e estimulando a pluriactividade e a multifuncionalidade da paisagem.

As principais orientações para a AIGP vão no sentido da salvaguarda e melhoria das áreas de carvalhais e das galerias ripícolas e o ordenamento da floresta existente e

sua reconversão para culturas localmente valorizadas como é o pinheiro manso, o medronheiro, a vinha, a pastorícia e a apicultura.

A AIGP proposta através da alteração do quadro paisagístico de incidência florestal visa vários contributos para o desenvolvimento sustentável deste território nomeadamente: a redução dos factores de perigo incêndio e aumento da resiliência; promoção de serviços dos ecossistemas e; revitalização económica destes territórios, conforme se descreve em seguida.

Contributo da transformação visada para:

1. Redução dos factores de perigo incêndio e aumento da resiliência

- Alterar o quadro de ocupação do solo florestal existente através da criação de mosaicos agro-florestais e da adopção de espécies menos inflamáveis e melhorar o serviço dos ecossistemas, nomeadamente reconvertendo povoamentos de eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em povoamento puros de pinheiro manso (*Pinus pinea*) e medronhal (*Arbutus unedo*). Para além disso será importante a recuperação e melhoria das galerias ripícola e das áreas de carvalho (*Quercus faginea*) de forma a garantir uma maior resiliência aos fogos;
- Apostar em acções de sensibilização populacional e proprietários florestais de forma a mudar comportamentos de risco e a tomada de consciência sobre o valor e papel da floresta para a sustentabilidade socioeconómica das comunidades locais;
- Melhorar as acções de prevenção através da gestão eficaz das faixas de gestão de combustíveis, instalação e manutenção das infra-estruturas e equipamentos, nomeadamente os previstos no PMDFCI; melhorar a rede de vigilância movel sobretudo das áreas de sombra para o posto de vigilância existentes no Cabeço de Óbidos e reforço dos meios de prevenção e combate ao incêndio para a área de intervenção da AIGP.

2. Promoção de serviços dos ecossistemas

- Uma das acções prioritárias na AIGP será reconverter as áreas ardidadas de pinheiro bravo e eucalipto em espécies que promovam mais serviços para o ecossistema, como é o pinheiro manso e os medronhais. Nestas áreas será tido em conta a importância da estabilização do solo contra os agentes de erosão, nomeadamente da precipitação intensa, protegendo as linhas de água e as galerias ripícolas, bem como o controlo das espécies invasoras como são

as acácias (*Acacia dealbata*), que tem vindo a proliferar na AIGP, como é o exemplo do vale da ribeira do Resouro e Amieira;

- Valorizar as espécies locais, como são os carvalhais e os medronhais, com elevado valor fitossociológico, ecossistémico e paisagístico, melhor adaptadas às alterações climáticas e que promovem maior sequestração do carbono;
- Fortalecer os laços de ligação entre as comunidades locais e as áreas florestais, nomeadamente promovendo a criação e manutenção de caminhos pedestres e de BTT associados à interpretação das paisagens, da fauna e da flora, como é o bom exemplo do Lago dos Patos em Espite.

3. Revitalização económica destes territórios

- Restrukturar a base económica local reinvestindo na agro-florestal através da criação de projectos inovadores e diferenciadores apostando em culturais locais valorizadas, como é o pinheiro manso, o medronho, o Vinho Medieval de Ourém DO e o mel DOP ribatejo Norte, valorizando todo o ciclo do produto;
- Aproveitar os melhores solos agrícolas e os antigos socalcos para a valorização de culturas agrícolas, que geram maior valor acrescentado e emprego local como é o exemplo da viticultura, olivicultura e da apicultura;
- Apoiar a diversificação de actividades económicas, nomeadamente nas áreas da agro-indústria, do turismo e da animação, tirando proveito dos recursos naturais, culturais e paisagísticos, como é exemplo do Vale de Diana em Espite;
- Criar e gerir uma floresta de produção de forma agrupada, diminuindo os custos de instalação e gestão em todo o ciclo vegetativo e maximizando o produto final;
- Desenvolver uma política de atracção e fixação de jovens que aposte na agro-floresta e na agro-indústria, por exemplo através da criação de uma bolsa de terras e de apoios ao arrendamento de terrenos e ao empreendedorismo;
- Desenvolvimento de um centro de valorização de produtos locais (como é o exemplo do pinhão e do mel DOP Norte do Ribatejo), que seja também o facilitador para a criação de negócios e do empreendedorismo de base rural.

3.Proposta de modelo de gestão

A Unidade de Gestão Florestal (UGF) a criar no prazo de seis meses após a provação da AIGP será composta pela entidade promotora e parceiros, bem como pelos proprietários associados e restantes interessados, conforme estabelece o DL 66/2017 de 12/06 na sua actual redacção. Em função da sua constituição serão definidos os estatutos e o modelo de funcionamento e gestão. A mesma visa promover e facilitar a gestão conjunta dos espaços florestais contínuos segundo os princípios da gestão florestal sustentável, tendo em vista a valorização e rentabilização adequada dos ativos.

4.Prazo de apresentação da OIGP

Atendendo ao número de prédios/proprietários, à área de intervenção e aos objectivos propostos, estima-se que a Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) seja apresentada num prazo de 24 meses, sendo o prazo previsto para a sua execução de 25 anos.

O trabalho será repartido em três fases essenciais:

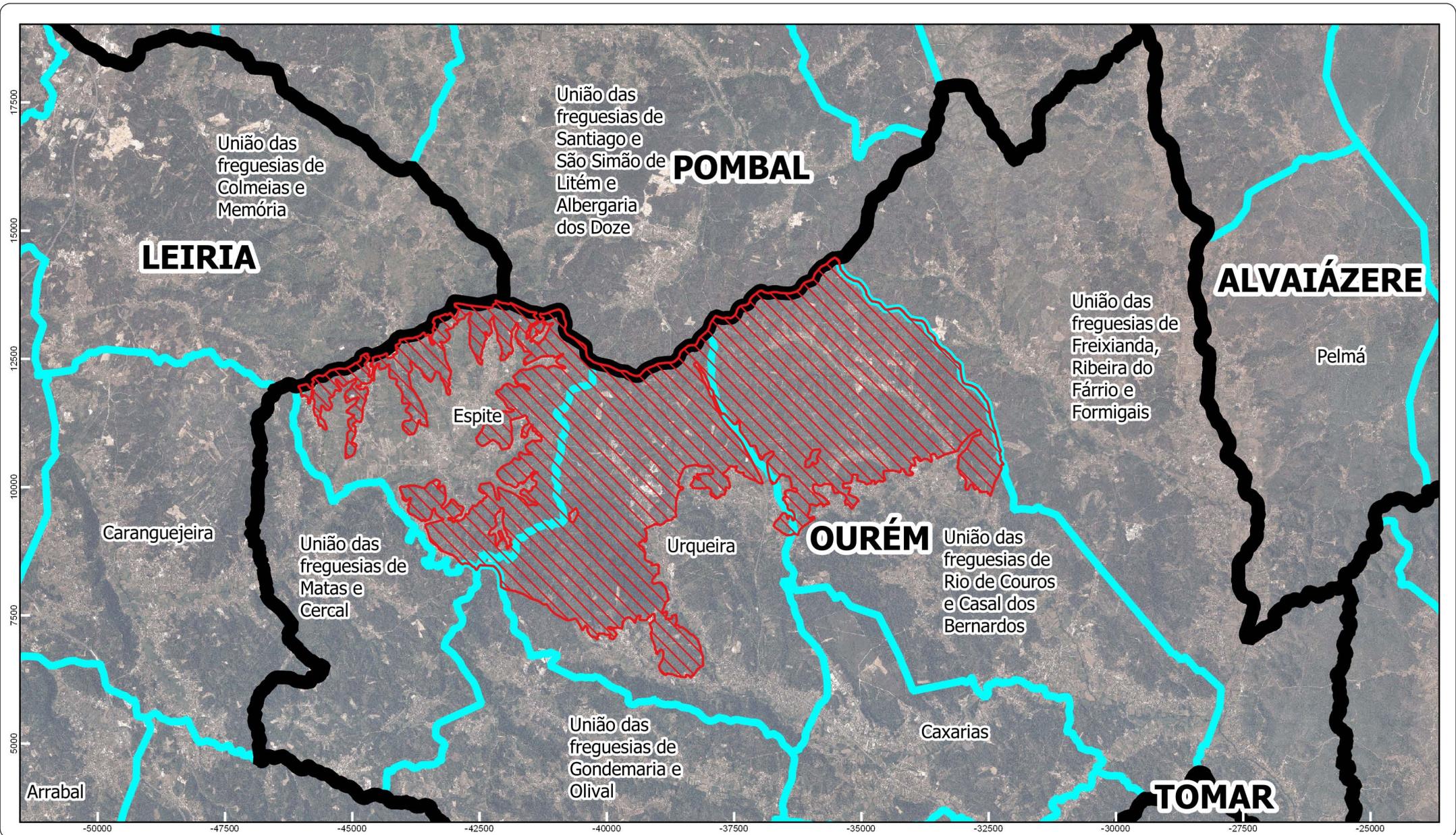
- uma primeira, sob a orientação da entidade promotora e dos parceiros, que visa a constituição da AIGP, através da criação de uma UGF. Nesta fase serão realizadas acções de sensibilização e mobilização dos proprietários, e outros interessados para aderirem à AIGP;
- na segunda fase, dos seis meses até aos 18 meses, a entidade já constituída terá como missão a elaboração de uma proposta de OIGP que corresponda aos objectivos enunciados, nomeadamente de reconversão da paisagem e das culturas agro-florestais e revitalização territorial através do envolvimento das comunidades locais. Cabendo também à entidade gestora promover as operações de cadastro necessárias à obtenção da configuração geométrica dos prédios que integram a AIGP e demais dados cadastrais, incluindo a informação sobre os proprietários e a manifestação de adesão voluntária à AIGP, bem com indicação daqueles que manifestarem intenção de não aderir, de forma voluntária, ao modelo de gestão da AIGP e dos prédios onde não foi possível identificar o proprietário;
- a terceira fase, a partir dos 24 meses até aos 25 anos, corresponde ao início da execução das acções de transformação da paisagem nos terrenos definidos na OIGP, sendo as mesmas da responsabilidade dos proprietários abrangidos

pela AIGP ou da entidade gestora com poderes delegados ou legais para a gestão desses prédios.

ANEXOS

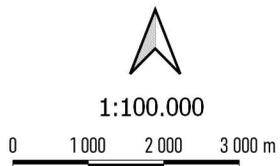
Anexo I – Mapa com a delimitação da AIGP – Serras Norte de Ourém

Anexo II – Fichas participativas



ÁREA INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM - SERRAS NORTE DE OUREM
(AIGP - SNO)

ÁREA AIGP-SNO: 4192,4 Ha
 Promotor: Camara Municipal de Ourém
 Resp. Técnico: PReis - SPT/GTF
 NIF: 501 280 740



INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
 CAOP 2020 (DGT, 2020)
 ORTOFOTOS (DGT, 2018)
 SISTEMA DE COORDENADAS:
 PT-TM06/ETRS89
 Elipsóide de referência: GRS80
 Projeção: Transversa de Mercator



DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
 Serviço de Planeamento do Território
 Praça D. Maria II, n.º 1 2490-499 Ourém
 tel: 249 540 900 fax: 249 540 908
 e-mail: geral@cm-ourem.pt

-  Limite AIGP (4192,4 Ha)
-  Limite Município
-  Limite Freguesia

Grupo Focal com os presidente de Junta de AIGP - Urqueira, Casal do Bernardos, Cercal, Espite
(Secretário) – 18/06/2021– 15h (SPT)

- Questões
 - Principal problemática associada aos incêndios (áreas mais críticas);
- Abandono dos campos agrícolas e florestais
- Desconhecimento dos proprietários dos terrenos (cerca de 80%)
- Predomínio do minifúndio
- Proliferação de espécies invasoras (como as Acácias) no pós incêndio
- Existência de aldeias cercadas por floresta com riscos elevados de incêndios (ex. Formarigos e Estreito em Casal dos Bernardos/Rio de Couros)
- Escassez de opções agro-florestais rentáveis face ao quadro das parcelas (o eucalipto cabo por ser o mais rentável apesar dos riscos associados);
- Escassez de meios e recursos afectos à prevenção dos incêndios
- Crescimento espontâneo da floresta após incêndios. Existem áreas de floresta muito densa em locais que arderam nos incêndios de 2005 e 2012
- Limpeza dos terrenos. Escassez de recursos financeiros para limpeza dos terrenos e serventias.
- Despovoamento
 - Como avaliar as acções de prevenção aos incêndios (aceiros, faixas de gestão de combustíveis)
- Há problemas na gestão das faixas de combustível nas Linhas Eléctricas e Rede Viária (Ex. ER 349)
- Escala temporal das limpezas muito alargada (ponderar diminuir)
 - Os equipamentos e infra-estruturas de apoio ao combate aos incêndios tem sido eficaz?
- As Juntas de Freguesia não tem equipamentos próprios para procederem às limpezas de terrenos e caminhos rurais, tem que proceder a uma subcontratação de serviços (pensar na criação de uma Central de serviços conjunta para o território).
 - Que recomendações para a redução da vulnerabilidade aos incêndios (ocupação do solo, prevenção e infra-estruturas)
- Manutenção e abertura de mais caminhos florestais
- Simplificar o registo das propriedades
- Valorizar os resíduos das florestas nomeadamente através da instalação de uma central de Biomassa
- Reduzir as áreas de espécies muito inflamáveis (sobretudo eucaliptos);
- Está previsto uma faixa de 100m de protecção ao limite do concelho mais existe dificuldade na sua aplicação devido ao minifúndio e à estrutura de propriedade (pensar num mecanismo de expropriação) e ao desconhecimento dos proprietários.

- Questões

1. Principal problemática associada aos incêndios (áreas mais críticas);

- Brejo é o mais crítico, por ser isolada já aconteceu nos incêndios as pessoas não poderem sair da aldeia, agravado pelo facto da população residente ser idosa.
- Salgueiral, Sesmarias e areeiro
- Problema do desordenamento florestal, minifúndio e desconhecimento da maioria dos proprietários (a maioria está emigrada)
- Verifica-se muitas plantações ilegais de eucaliptos na freguesia (sem licenciamento)
- A plantação de eucaliptais é a forma mais fácil para se rentabilizar os terrenos com pouco trabalho (face à agricultura)

2. Como avaliar as acções de prevenção aos incêndios (aceiros, faixas de gestão de combustíveis)

- As faixas de gestão de combustível não tem sido executadas
- A EN 349 (?) fizeram no ano passado
- Os proprietários no geral não limpam os terrenos florestais
- Problema na limpeza de terrenos e injustiça. Alguns limpam, mas outros ao lado não. Não existe conhecimento sobre a aplicação de multas por causa da limpeza.
-

3. Os equipamentos e infra-estruturas de apoio ao combate aos incêndios tem sido eficaz?

- Têm uma equipa de intervenção de fogos (bombeiros de Espite)
- Os sapadores florestais são insuficientes face às necessidades (só limpam o lago dos patos)
- Tem um projecto de Aldeia Segura (parceria entre JF, Bombeiros, GNRe Protecção Civil) – verificar o número d projectos de Aldeia Segura no concelho

4. Que recomendações para a redução da vulnerabilidade aos incêndios (ocupação do solo, prevenção e infra-estruturas).

- Maior fiscalização das plantações ilegais sobretudo de eucaliptos
- Incentivar as limpezas florestais
- Diminuir as áreas de eucaliptal e gerir as existentes
- A vinha é das culturas mais interessantes

- Antigamente cultivava-se trigo e centeio, chícharo, grão, feijão, ect-. Pomares Olival
 - Aposta no pinheiro manso, noqueira
5. Que entidades podem devem ser envolvidas (proprietários, produtores, ass. Empresas Industriais, Investigação)
- Pode ser colocada um Aviso na Igreja sobre a aderência à AIGP
 - Tem terrenos que conseguem identificar: o Pedrosa e irmãos, Lda arrendam e compram terrenos para eucalipto

- Questões

1. Principal problemática associada aos incêndios (áreas mais críticas);

- Aldeias mais críticas: Barreira e Casal Menino (onde normalmente terminam os incêndios).
- Problema do desordenamento florestal, minifúndio e desconhecimento da maioria dos proprietários (1 limpa e 10 não limpam);
- Depois dos incêndios ninguém cuida das parcelas e prolifera o eucalipto desordenado (é o mais problemático).

2. Como avaliar as acções de prevenção aos incêndios (aceiros, faixas de gestão de combustíveis)

- Regista-se problemas na gestão das faixas de combustível relativos á defesa dos aglomerados e da Rede Viária

3. Os equipamentos e infra-estruturas de apoio ao combate aos incêndios tem sido eficaz?

- Não tem equipamentos próprios, é tudo contratação de serviços
- Os sapadores florestais não fazem serviços na freguesia (estiveram lá no ano passado, mas apenas de prevenção).

4. Que recomendações para a redução da vulnerabilidade aos incêndios (ocupação do solo, prevenção e infra-estruturas)

- O sobreiro é uma espécie interessante, mas não tem a certeza que seja viável (devido aos solos de seixo e argila);
- Apostar na agricultura. No vale da Rib. De Espite existe 1 propriedade de cerca de 1 há de produção de uva de mesa
- Abertura de novos caminhos
- Retirar das áreas queimadas os eucaliptos queimados

5. Que entidades podem e devem ser envolvidas (proprietários, produtores, ass. Empresas Industriais, Investigação)

- Tem alguns terrenos da JF mas é fora da AIGP
- Podem contactar alguns proprietários. Ficou em identificar os proprietários até 15 de Julho
- Nas Poças há uma serração (Jesus e Filhos). No ano passado foi quem comprou a madeira ardida (para estilha para pellets)
- Há 4 ou 5 carpintarias na freguesia mas usam outras madeiras

- Questões

1. Principal problemática associada aos incêndios (áreas mais críticas);
 - Aldeias mais críticas: Formarigos (um dos elementos faz parte da aldeia segura — oficial de segurança. O material inclui kits de incêndio e um depósito com minibomba); Salgueira de Cima, Valongo
 - Problema do desordenamento florestal, minifúndio e desconhecimento da maioria dos proprietários;
 - Depois dos incêndios ninguém cuida das parcelas e prolifera o eucalipto desordenado.
 - Antes era pinheiro bravo que nas últimas décadas foi sendo substituído pelo eucalipto
 - A economia tradicional estava ligada ao milho nas várzeas nas vertentes semeava-se o trigo e a aveia. Rio de Couros estava também ligada à indústria das peles.
 - A freguesia tem uma serração (Manuel na Salgueira do Meio)
2. Como avaliar as acções de prevenção aos incêndios (aceiros, faixas de gestão de combustíveis)
 - Regista-se problemas na gestão das faixas de combustível relativos á defesa dos aglomerados e da Rede Viária
3. Os equipamentos e infra-estruturas de apoio ao combate aos incêndios tem sido eficaz?
 - Não tem equipamentos próprios. Em termos de equipamentos Apenas detêm uma minigratória e dois kits incêndios, um por antiga junta de freguesia.
4. Que recomendações para a redução da vulnerabilidade aos incêndios (ocupação do solo, prevenção e infra-estruturas)
 - Implementar as faixas de gestão de combustível
 - Realizar o cadastro das propriedades
 - Criar uma organização de produtores (tipo cooperativa agrícola)
 - Apostar em culturas florestais folhosas e mais resistentes e diminuir o eucalipto:
 -
5. Que entidades podem e devem ser envolvidas (proprietários, produtores, ass. Empresas Industriais, Investigação)
 - Em Formarigos consegue identificar proprietários
 - Ficou em identificar os proprietários

- Questões
 1. Principal problemática associada aos incêndios (áreas mais críticas);
 - Aldeias mais críticas: Pederneira, Vales das Antas, Vale da Oliveira, Resouro, Casal da Silva/Relva. Urqueira não é o local mais perigosos;
 - Problema do desordenamento florestal, minifúndio e desconhecimento da maioria dos proprietários
 - Aumento da área ocupada por espécies invasoras (mimosas), Vale Oliveira.
 2. Como avaliar as acções de prevenção aos incêndios (aceiros, faixas de gestão de combustíveis)
 - Regista-se problemas na gestão das faixas de combustível relativos á defesa dos aglomerados e da Rede Viária
 3. Os equipamentos e infra-estruturas de apoio ao combate aos incêndios tem sido eficaz?
 - A Equipa de sapadores florestais é escassa faz às necessidades de limpeza.
 4. Que recomendações para a redução da vulnerabilidade aos incêndios (ocupação do solo, prevenção e infra-estruturas)
 - Apostar em culturas florestais mais resistentes e diminuir o eucalipto:
 - Espécies preferenciais Sobreiro, Carvalhos, Pinheiro Manso
 - Melhorar a rede de caminhos florestais
 5. Que entidades podem devem ser envolvidas (proprietários, produtores, ass. Empresas Industriais, Investigação)
 - Armindo Brito, faz serviços florestais
 - Arlindo Lisboa, compra e arrenda terrenos para a plantação de eucaliptos

- Questões

1. Características da empresa;

- Tem Investimentos Pinheiro Bravo (principal), Eucalipto, sobreiro e Pinheiro Manso (tem problema do roubo das pinhas)
- A principal actividade é fabricação de paletes (deriva do pinho jovem).
- A fábrica de Caxarias gasta em média cerca de 200 toneladas pinho/dia., cerca de 40 a 50 mil toneladas ano. Todo o pinheiro do concelho não seria suficiente para abastecer a fabrica, seria necessário cerca de 30 a 40 mil Há de Floresta.
- Tem 2 capatazes para fazer a gestão de 1500Ha
- Todos os serviços são contratados fora

2. Gestão e empreendedorismo Florestal:

- A floresta é toda certificada (FSC) tem mais valor
- O Pinheiro manso é interessante (Valor pinha 1.5€) mas tem o problema do roubo da pinha, pelo que o aconselhável é as áreas serem cercadas
- O pinheiro bravo é uma cultura rentável sobretudo se for associada à produção de resina (Certificada). A bica de resina vende-se entre 1 a 1.5€/Kg. O Pinheiro bravo que resulta dos fogos tem que ser conduzido: faixas de 3X1.5m. As varas com 10-12 anos (3 a 4 m +- 50 cm diâmetro) vendem-se a cerca de 75€/Tonelada. O custo do trabalho é de cerca de 50€/Tonelada. Aos 17 anos vale cerca de 100€/Tonelada. A empresa Carmo é uma das principais compradoras sobretudo para cercas. O Pinheiro bravo dura mais que os Abetos do Norte da Europa. Para além disso é mais leve e não recebe tão bem o tratamento. O Pinho também é muito bom para estilha para fazer cartão por exemplo. Na França é mais valorizado cerca de 56€/Ton, em Portugal é de cerca de 40€. O Pinheiro Bravo Atinge a maturidade aos 40 a 50 anos. Podendo render cerca de 7500€/Há ou 150 Ton/Há se for bem conduzido. Nos últimos 5 anos de produção deve ser aproveitado a produção de resina. 1 pinheiro rende cerca de 4 bicas de resina /ano. A casca do pinheiro bravo é outro subproduto muito valorizado nomeadamente para ornamentação, medicina (tem propriedades antibióticas, na Áustria aplicam a casca em pó por exemplo para fazer antibióticos para as vacas a adicionar em rações), Alimentação e para agricultura, por exemplo para as orquídeas e para os mirtilos (acidificação dos solos). O valor varia entre os 15€/m³ até aos 84€/m³ (a mais grossa de 12 a 24mm). O problema da processionária só se resolve com inseticida, porém mata toda a biodiversidade (ex. as galinholas precisam de minhocas, em pinhais com insecticida extingue este ecossistema). Existem soluções de combate biológico como o Chapim ou os Cucos mas não é tão eficaz.
- A plantação nova ronda os 2000€ a 3000€/Há
- Deve-se dividir as plantações em parcelas de cerca de 100Ha
- Corte seletivo

- No Eucaliptal por regeneração natural pós incêndio deve-se deixar 2 guias, por tronco, ou 3 se for nas extremas. Tem uma durabilidade de 30 anos, fazendo-se o corte em cada 10 anos.
- O Sobreiral tem o problema de demorar muito a rentabilizar. A cortiça de sobreiro adulto ronda os 29€ @. Mas o seu peso depende do dia da pesagem face à sua tiragem. Sendo que no 1.º dia perde 16%, no 2.º dia já são 17% e por aí sucessivamente até ao 21 dia em que está seco. Os sobreirais existentes são antigos, existindo um problema de renovação nomeadamente nas áreas onde também utilizadas como pastagem.
- A compra de Terreno sem floresta ronda os 2000/3000€, 3000/4000€ floresta em mau estado, até 7000€ com árvores em bom estado.
- Existem mercados online para os negócios da madeira: Fordaq, Lesprom, Expolugo

3. Futuro da gestão florestal Ourém

- A solução para a gestão florestal passa pela criação de cooperativas florestais ao ex. de França
- Ideia de afectar uma parte do IMI para a Gestão Florestal
- O Eucalipto gera pouco emprego, pelo que o pinho no geral é mais interessante para a socio-economia local (gera mais emprego)
- Existem outras variedades de pinho como o Pinheiro Douglas (ex. Serras Norte de Espanha); *Pinus Radiata* (Atrai mais a proçessionária)
- Apostar em actividades de dinamização complementar à floresta, como os cogumelos, os espargos e a apicultura